

**CF 2000 ECUMÊNICA:
EPISÓDIO OU NOVA FASE DA CF?**

Gabriele Cipriani

No ano 2000, sete igrejas cristãs, membros do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (CONIC), surpreenderam a opinião pública brasileira colocando-se na contramão da competição cotidiana que caracteriza o anúncio do Evangelho no Brasil. Promoveram em conjunto uma Campanha da Fraternidade (CF) criada e realizada há 36 anos pela CNBB. Isso tinha algo de incrível.

Essas igrejas decidiram partir unidas para o novo milênio, testemunhando em conjunto o Evangelho da promoção da dignidade humana e da paz. Escreveram uma página importante do livro da história para recompor a comunhão dos cristãos no Brasil. Despertaram sonhos de tempos novos, consolaram corações entristecidos pelas atávicas divisões que separam até membros da mesma família, indicaram caminhos de fraternidade, ensaiaram as possibilidades de uma nova evangelização.

A CF 2000 Ecumênica não podia, porém, não suscitar preocupações e polêmicas. A cultura hegemônica da igreja católica e o antecatólicismo evangélico frearam entusiasmos e criaram até divergências. Mas o benefício da realização da CF Ecumênica resultou ser um consenso em todas as avaliações.

Voltar a considerar a importância dessa primeira CF ecumênica, após um ano da sua realização, pode permitir uma reflexão menos condicionada pela carga emotiva daquele momento. As igrejas-membros do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil que a promoveram e que têm recebido o apelo do povo para que lhe seja dada continuidade são responsáveis por dar uma resposta a esse apelo.

A marca católica da CF

É bem conhecida a marca católica da CF. Ela continua sendo ainda hoje, quando o ambiente eclesial católico vem passando por mudanças profundas, uma das maiores iniciativas de evangelização da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Desde 1964, realiza-se em âmbito nacional com atividades específicas de formação da consciência e de mobilização da caridade dos cristãos. Data de 23 de dezembro de 1963 a circular, firmada por Dom Hélder Pessoa Câmara, então Secretário Geral da CNBB, a todos os Bispos das dioceses católicas do Brasil, para que assumissem a CF. Ligada inicialmente ao Serviço Católico do Bem-estar Social e à Caritas Brasileira, em 1971, tornou-se Campanha Institucional da CNBB.

A 10ª Assembléia Geral da CNBB, em 1969, sintetizou o pensamento do Episcopado católico no Brasil sobre o sentido da CF no contexto da ação pastoral e evangelizadora: “Uma campanha de evangelização maciça e extraordinária, realizada durante a Quaresma, visando particularmente à formação do espírito comunitário cristão, a partir de um objetivo concreto, seja este de natureza predominantemente apostólica ou social”.

Esperava-se da CF grandes resultados no campo da evangelização e da sustentação financeira das obras de apostolado da igreja católica. Na linha da evangelização, colocou-se o objetivo de irmanar todo o povo católico num grande mutirão de comunhão e corresponsabilidade. Tratava-se de lembrar aos fiéis que eles são Igreja e, como tais, responsáveis pelas obras de apostolado e pelas obras sociais mantidas por esta. Na linha financeira, esperava-se aliviar Paróquias e Dioceses da dependência de subvenções para as obras sociais, subvenções que, embora sendo questão de justiça, não raro são interpretadas como favor.

A CNBB conseguiu montar uma organização eficiente da CF: secretariado nacional, equipes regionais, equipes diocesanas e paroquiais e animadores das pequenas comunidades. Uma série variada de subsídios são oferecidos anualmente aos fiéis para orientar sua reflexão e mobilizá-los para a ação.

Objetivos e enfoques temáticos evoluíram ao longo dos anos. A partir da temática e dos grandes objetivos da evangelização poderíamos dividir a sua história em três fases. Na primeira fase (1962-70), sob o influxo do Concílio Vaticano II, a evangelização estava voltada para uma renovação interna da igreja católica no Brasil. Os temas da CF acompanhavam todo esse processo (Igreja em renovação, Paróquia em renovação, Corresponsabilidade, Participação etc.). Na segunda fase (1973-84), os temas refletem a preocupação da igreja católica com a realidade sócio-política do povo brasileiro, assumindo tons de denúncia do pecado social e de promoção da justiça (Fraternidade e Libertação, Reconstruir a Vida, Repartir, Fraternidade na Família, no Mundo do Trabalho, Educação, Ecologia etc.). Na terceira fase (1985-99) o novo contexto da transição democrática e cultural inclina a temática para situações existenciais do povo (fome, menor, negro, mulher, juventude, encarcerados, excluídos, desempregados etc.).

A Campanha caracterizou um novo protagonismo social da igreja católica no Brasil. Adaptou-se às diferentes situações eclesiais e sociais. Continua viva também no contexto de um novo clima de religiosidade e num tempo em que diferentes cenários eclesiais aparentam iguais possibilidades de êxito. Houve períodos em que a CF era considerada uma prioridade absoluta de toda a igreja católica no Brasil. Hoje, num contexto de pluralismo religioso e eclesial, que se expressa na diversidade de orientações pastorais, a CF continua sendo assumida oficialmente pela CNBB, mas é levada adiante por quem continua optando evangelicamente pelos pobres através de uma praxis libertadora. Infelizmente ela interessa sempre menos os que privilegiavam outros tipos de compromissos pastorais. Contudo, a CF continua sendo um tempo privilegiado de educação cristã.

Esta campanha, com a sua força e as suas fraquezas, foi oferecida pela CNBB às igrejas-membros do CONIC. A sua marca é tão conhecida que soou incrível ao ouvido do público o anúncio de uma CF ecumênica. Duvidou-se de sua execução. A marca católica pesou sobre a campanha ecumênica durante toda a sua realização. Pareceu a alguns que as igrejas evangélicas estivessem se atrelando a um projeto da igreja católica. Outros sentiram o medo de perder a identidade. Outros ainda preocuparam-se com as possíveis confusões que o povo faria. Houve, enfim, quem duvidou da autenticidade de um ecumenismo que parecia colocar entre parêntesis as questões doutrinárias. Estes resíduos culturais têm seu peso também hoje, depois de uma campanha bem sucedida, quando se discute sobre as possibilidades da sua continuidade. Os promotores, porém, baseando-se sobre a flexibilidade mostrada pela campanha ao longo dos anos, acreditavam na possibilidade de dar início a uma sua nova fase.

A dimensão ecumênica da CF

O amadurecimento ecumênico das igrejas cristãs no Brasil, que levou à constituição do CONIC, em 1982, solicitou também uma reflexão mais atenta sobre a dimensão ecumênica da CF. A CNBB, que na Assembléia Geral de 1978 aprovara a idéia da constituição do CONIC e a plena participação nele da igreja católica romana, nas informações e comentários gerais sobre a CF de 1979 já introduziu as seguintes reflexões: "Tratando-se de uma atividade de Igreja e propondo-se construir a fraternidade, não pode a CF prescindir de uma clara e sincera dimensão ecumênica. Sendo embora uma iniciativa da igreja católica e subordinada à CNBB, a CF deve levar em conta a existência de outras igrejas cristãs e buscar a sempre maior unidade em Cristo. Desde agora haverá diversas possibilidades de impregnar de espírito ecumênico a CF, v.g.: desenvolvimento do tema com abertura e respeito às outras igrejas; alguma atividade comum na abertura ou realização da Campanha; reflexão comum para a escolha de objetivos concretos. Pode ser útil aqui lembrar que a explanação do tema da CF 79 contou com subsídios teológicos e pastorais da igreja evangélica de confissão luterana na Argentina, a qual havia feito uma assembléia sobre os problemas da Ecologia. *O futuro dirá se é ou não conveniente e viável fazer da CF uma ação conjunta das várias igrejas cristãs.* Antes de qualquer deliberação a esse respeito deverá também pronunciar-se o recém-criado Conselho Nacional de Igrejas Cristãs"¹. Esse auspício voltou a ser considerado em outras Campanhas², prevendo até a possibilidade de subsídios ecumênicos³.

A dimensão ecumênica da Campanha percebia-se vinculada à promoção da fraternidade, que é outro nome da comunhão. O projeto de *koinonía* que cada vez mais tem inspirado o movimento ecumênico é abrangente e continua sendo objeto de atento aprofundamento. Comunhão possui uma pluralidade de significados. Desde a comunhão oferecida pela Trindade Santa, ao encontro e relação com Cristo que nos revela o Mistério e nele nos introduz, à graça que une em Povo Novo aquele que era não-Povo, pessoas provenientes de diferentes caminhos humanos. Comunhão representa também os vínculos de unidade que se realizam em diversos níveis entre as instituições eclesiais. Todos os sentidos de comunhão tendem, porém, a enriquecer o único grande significado da comunhão eclesial: a "comunhão dos santos".

¹ CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL, *Preserve o que é de todos*, Campanha da Fraternidade de 1979, Brasília, 1979, p.4.

² Idem, *Ouvi o clamor deste povo*, Campanha da Fraternidade de 1988, Brasília, 1988, p.20.

³ Idem, *Mulher e Homem imagem de Deus*, Campanha da Fraternidade de 1990, Brasília, 1990, p.14.

A comunhão entre as igrejas cristãs está a serviço da reconciliação dos cristãos e de toda a família humana e tende a constituir o povo de Deus como comunhão de pessoas na unidade do Pai, do Filho e do Espírito Santo a caminho do Reino definitivo. O povo cristão é um povo cujos membros, "tendo em comum o Cristo morto e ressuscitado", são chamados a uma unidade profunda, que gera a livre partilha de todos os bens materiais e espirituais, em vista do crescimento da fé no mundo, segundo a oração de Cristo: "Para que o mundo creia" (Jo 17,21). A fraternidade é a expressão mais completa dessa comunhão.

A conversão, na busca de uma vida mais fraterna, constitui uma experiência de fé a ser celebrada no mistério de Cristo morto e ressuscitado, sacramento da páscoa do povo cristão. No tempo quaresmal, a CF convida as comunidades cristãs a colocar-se diante de Deus e a deixar-se interrogar sobre sua vivência cristã, inspira atitudes e gestos concretos de fraternidade e de acolhida do Reino de Deus, tocando profundamente as pessoas, as comunidades cristãs e as estruturas da sociedade. A fraternidade é ação, aproximação real do irmão, hábito de socorrer os necessitados, resgate da dignidade e do direito, empenho a favor da justiça e da vida.

Essa natureza da CF a torna idônea a ser um instrumento válido de ação ecumênica. Igrejas cristãs, unidas no resgate da dignidade humana ferida e humilhada em tantos seres humanos e na promoção da paz, são igrejas a caminho da grande comunhão que o projeto ecumênico vem tentando construir. As dimensões doutrinal e institucional do ecumenismo terão sucesso somente se contribuírem para a construção da fraternidade.

O projeto da CF 2000 Ecumênica

"O futuro dirá!...": essa intuição ou profecia de 1979 sobre o futuro ecumênico da CF realizou-se no ano 2000. O projeto da CF 2000 Ecumênica está ligado ao evento dos 2000 anos da encarnação do Filho de Deus, Jesus Cristo. A igreja católica romana celebrou o Grande Jubileu. Cristãos do mundo inteiro têm comemorado o evento de várias maneiras, inclusive participando ecumenicamente do Jubileu católico. As críticas salutares levantadas ao uso das indulgências na igreja romana têm produzido o resultado da criação de uma comissão ecumênica para o assunto.

A Carta Apostólica *Tertio Millennio Adveniente* (1994), que dava início ao período de preparação do Jubileu do ano 2000 na igreja católica romana, destacava a urgência de dar passos significativos rumo

à unidade cristã, exortando todos os cristãos a um *exame de consciência* e a oportunas iniciativas ecumênicas, de tal modo que pudessem apresentar-se ao Grande Jubileu, *se não totalmente unidos, pelo menos muito mais perto de superar as divisões do segundo milênio*⁴. A publicação da primeira encíclica sobre ecumenismo *Ut Unum Sint* (1995) reforçou o compromisso ecumênico da igreja católica.

A CNBB, depois de aprofundada reflexão sobre a *Tertio Millennio Adveniente*, decidiu elaborar um Projeto de Evangelização que foi chamado de Projeto Rumo ao Novo Milênio (PRNM). Por um lado, pretendia-se preparar a igreja católica no Brasil a celebrar o Grande Jubileu e, por outro, continuar renovando a ação evangelizadora e pastoral para enfrentar adequadamente os desafios desta virada de milênio, em conformidade com as Diretrizes Gerais da ação evangelizadora da CNBB. Nesse projeto, o diálogo ecumênico, inter-religioso e com as culturas foi destacado como uma das exigências da nova evangelização.

A 34ª Assembléia Geral da CNBB, em abril de 1996, aprovou o Projeto incluindo a sugestão de realizar, no ano 2000, uma CF Ecumênica⁵. A Presidência da CNBB e a Comissão Episcopal de Pastoral encontraram-se diante da sugestão e a interpretaram como sendo uma Campanha “extraordinária”, portanto, única.

Que possibilidades reais de execução teria a sugestão de uma CF Ecumênica? Em que sentido ela seria ecumênica? A CNBB, idealizadora e promotora da Campanha, poderia convidar outras igrejas cristãs a participarem ativamente da iniciativa evangelizadora lançada pela Conferência Episcopal católica. Poderia oferecer às outras igrejas cristãs a oportunidade de participar não apenas da execução da campanha, mas também da preparação, da elaboração dos subsídios etc. Não teria faltado a essa proposta uma certa dimensão ecumênica. Mas a CNBB, que desde a fundação do CONIC se sentava à mesa do diálogo com as demais igrejas-membros de igual para igual, quis dar um passo mais ousado. Em conformidade com as orientações dadas pela Comissão Ecumênica do Jubileu, aplicando o princípio de que os cristãos devem fazer tudo juntos, exceto o que a consciência os impede de fazer, no respeito à paridade dos interlocutores decidiu que a proposta fosse levada ao CONIC. Se aceita, as igrejas membros do CONIC assumiriam em conjunto a responsabilidade da realização da CF 2000.

⁴ Cf. *Tertio Millenio Advenite*, no 34.

⁵ Cf. CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL, *Rumo ao Novo Milênio* = Documentos da CNBB, 141, São Paulo: Paulinas, 1996, p.51.

A sugestão dos bispos católicos foi levada pelo Secretário Geral da CNBB para a Assembléia Geral do CONIC, reunida em Brasília em novembro de 1996. A proposta surpreendeu os delegados das igrejas, que depois de atenta reflexão, entre alegria e preocupações, aprovaram a proposta. Os responsáveis das igrejas assinaram um documento de compromisso para realizarem em conjunto a CF 2000. É necessário refletir sobre as dimensões objetivas da proposta que foi objeto de suspeitas e ilações preconceituosas. A CNBB apresentou a proposta aos delegados das outras igrejas como igreja-membro do CONIC. A dimensão ecumênica da CF aflorou na consciência da CNBB desde a fundação do CONIC e foi amadurecendo ao longo dos anos também fora do âmbito católico-romano nos círculos ecumênicos.

A sugestão da CNBB e a acolhida da proposta por parte das outras igrejas nasceu da consciência ecumênica do intercâmbio de dons entre as tradições cristãs. As igrejas a caminho da unidade partilham entre si as riquezas espirituais e teológicas das suas comunidades: doam-nas, acolhem-nas, integram-nas. Cada vez mais unidas, elas testemunham e anunciam juntas Jesus Cristo e seu Evangelho. Nesta comunhão de bens espirituais, reciprocamente oferecidos e recebidos, situa-se o sentido da proposta da CNBB. É neste contexto também que o projeto da CF 2000 Ecumênica foi aceito pelas igrejas parceiras e é neste contexto que deveria ser lido e interpretado por católicos e evangélicos.

A Comissão ecumênica da CF

As presidências das igrejas-membros do CONIC constituíram uma "Comissão para a realização da CF-2000 Ecumênica". Esta Comissão resultou ser um instrumento interessante para impulsionar o ecumenismo. Era uma Comissão paritária, formada por dois delegados de cada igreja. Ela foi incumbida da responsabilidade não fácil de concretizar o projeto ousado de uma campanha ecumênica. A Comissão iniciou seus trabalhos em 23 de junho de 1997 e, a partir daí, reuniu-se 21 vezes para tomar as decisões e providências necessárias. Iniciou buscando inspirações e luzes.

Tratava-se de interpretar as intenções das igrejas, de estabelecer objetivos concretos, de usar um método ecumenicamente rigoroso, de dar passos concretos para o envolvimento responsável dos líderes das igrejas e para a participação maciça do povo. Tratava-se de construir uma Campanha nova a partir do esquema oferecido pela igreja católica. A tarefa era desafiadora e a Comissão fez uma intensa experiên-

cia de fé na ação do Espírito que conclamou os cristãos para a reconciliação e a comunhão. Apareceram logo duas questões: seria essa uma campanha única por ocasião do Jubileu cristão ou seria a primeira de outras campanhas ecumênicas? Seria uma campanha ecumênica ou seria uma campanha sobre ecumenismo para despertar o interesse ecumênico no meio dos cristãos? A tendência a fazer uma campanha sobre ecumenismo acompanhou toda a realização da Campanha e certamente a situação religiosa brasileira, com sua pluralidade, sua acirrada competição e riscos de confrontos a justificavam. O mandato das igrejas era de realizar uma Campanha “extraordinária” por ocasião do Jubileu cristão do ano 2000 e não de dar início a uma série de campanhas ecumênicas.

Ao definir os objetivos e escolher a temática, a Comissão teve de considerar essas questões. Assim foi se delineando um tipo de CF que fosse uma espécie de plataforma para futuras campanhas ecumênicas. Não seria uma Campanha sobre ecumenismo e sim ecumênica, isto é, promovida em conjunto por várias igrejas cristãs e sobre uma temática ampla que pudesse gerar desdobramentos na possível realização de futuras campanhas ecumênicas. Não era possível, obviamente, evitar o debate ecumênico. Queria-se, aliás, lançar o ecumenismo nas mãos do povo com a finalidade de superar as dificuldades atuais do movimento, que fica detido na redes das instituições eclesásticas. Mas pensava-se em oferecer às igrejas um objetivo comum para juntas caminharem ao encontro da humanidade contemporânea e não uma ocasião para debaterem o ecumenismo.

Quanto ao método interno a Comissão se propôs a buscar sempre um consenso unânime sobre as decisões a serem tomadas, que somente em caso extremo se tomariam decisões por maioria. Quanto ao envolvimento das igrejas optou-se pelo tradicional método participativo já em uso nas Campanhas da Fraternidade da igreja católica. Os responsáveis das igrejas parceiras na promoção da Campanha seriam constantemente informados e responsabilizados pelos passos que se dariam. Aos líderes das igrejas também competia envolver seus fiéis. Este não foi um trabalho fácil. A CF ecumênica ocuparia um espaço muito grande no calendário costumeiro de todas as igrejas, exceto na católica romana, e seria também um trabalho novo que precisava de aprendizagem e treinamento. Como elaborar subsídios de consenso ecumênico? Que característica dar ao texto-base? Seria útil seguir o método tradicional do ver, julgar e agir? Seria útil abandonar totalmente esse método? Que tipo de análise da realidade se faria?

A Comissão deparou diante dessas questões e outras mais. Parecia impossível chegar a bom termo. Experimentou-se a distância que exis-

te entre o ecumenismo oficial proclamado pelos líderes das igrejas e o empenho ecumênico das comunidades. Percebeu-se o interesse do povo de Deus pela unidade e as incertezas do clero de todas as igrejas. Uma metodologia ecumênica rigorosa que permitiu superar medos, evitar ocasiões de rupturas, executar o projeto ambicioso das igrejas promotoras, foi o primeiro fruto dessa Campanha: orar juntos, trabalhar juntos, servir juntos, evangelizar juntos, no respeito recíproco e na paridade de direito nas decisões. A Campanha foi tomando forma. Para a realização das múltiplas tarefas foi necessário constituir outros grupos de trabalho: uma Comissão de redação do texto-base, uma Assessoria de comunicação e *marketing*, um Conselho Gestor do Fundo Ecumênico de Solidariedade e uma secretaria executiva.

Conhecemos Comissões de diálogo teológico cujo trabalho até hoje foi pouco recebido pelas as igrejas cristãs. Conhecemos organismos ecumênicos e Conselhos de igrejas. Receberam a delegação para promover o ecumenismo, mas a implementação de seus projetos permanece competência das autoridades eclesiais. Sua ação sobrevive à margem da vida das comunidades cristãs. A Comissão Organizadora da CF 2000 foi uma comissão para a evangelização e a pastoral ecumênicas, que teve o respaldo explícito das igrejas. O Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil tem sido o lugar onde a Campanha nasceu e foi construída. Mas a Comissão Organizadora da CF 2000, enquanto Comissão ecumênica, incumbida de desenvolver um projeto pastoral, se torna um modelo a ser pensado pelas igrejas cristãs em todos os níveis institucionais, para que o ecumenismo saia da marginalidade e dos problemas estritamente doutrinários e construa a comunhão das pessoas, envolvendo cada vez mais o povo de Deus. Os desafios enfrentados por essa Comissão, sua experiência de trabalho ecumênico, constituem uma riqueza que poderia se perder se uma futura Campanha for realizada somente anos depois.

Os objetivos da CF 2000 Ecumênica

A CF 2000 Ecumênica colocou diante das igrejas promotoras e diante da sociedade brasileira dois grandes desafios. Em primeiro lugar, a prioridade do respeito e da promoção da dignidade humana como condição fundamental para a construção de uma sociedade pacífica onde a qualidade de vida é garantida. Em segundo lugar, a exigência inadiável do testemunho de unidade das igrejas cristãs para sua presença evangélica no mundo. A Campanha tentou articular estes dois desafios em um único objetivo geral assim formulado: “Unir as igrejas cristãs no testemunho comum de uma vida digna para

todos, na denúncia das ameaças à dignidade humana e no anúncio do evangelho da paz”.

A CF-2000 não quis levar a público o debate sobre ecumenismo, mas quis solicitar o testemunho de um ecumenismo em ação. Quis propiciar um *encontro* de cristãos de diferentes denominações, que fosse sinal de reconciliação além das divisões da nossa história de fé e de culturas, superando o medo da aproximação e do diálogo. Quis ser um *serviço* solidário das igrejas cristãs ao povo brasileiro num testemunho comum de fraternidade e partilha, contribuindo juntas para a criação de condições de vida digna para todos. Quis organizar um *mutirão de evangelização* no anúncio do Evangelho da reconciliação em nome da comum dignidade humana que Cristo veio resgatar, além das divisões entre religiões, raças, culturas, pobres e ricos, fazendeiros e sem-terra, habitantes das vilas e moradores das mansões, abastados e excluídos. Quis celebrar a fraternidade reencontrada em nome de Cristo.

Foi uma Campanha promovida pelas igrejas-membros do CONIC, mas aberta a todas as igrejas cristãs do Brasil e a todas as pessoas que nela quisessem se comprometer em nome da dignidade humana e da paz.

O tema “Dignidade humana e Paz” e o lema “Novo milênio sem exclusões”, nascido de consulta às igrejas, inspiraram o texto-base e os demais subsídios da Campanha. O tema foi considerado de tal amplitude que não poderia servir para uma Campanha objetiva e eficaz. Mas prevaleceu como prioridade a constituição de uma plataforma comum entre as igrejas que pudesse facilitar o consenso sobre futuras campanhas ecumênicas. Concordou-se em reconhecer nesse tema a âncora para um anúncio comum e universal dos cristãos no início do novo milênio. O respeito à dignidade humana é o ponto de encontro entre a missão das igrejas cristãs e a tarefa política dos governantes e da sociedade. Segmentos da sociedade consideram a fé um fato puramente privado. Há cristãos também que julgam que a Igreja é tanto mais fiel à sua missão quanto mais se afasta da política. As igrejas promotoras da campanha confirmaram a convicção de que faz parte integrante de sua missão proclamar a dignidade do ser humano criado à imagem de Deus e de conclamar para uma ação transformadora.

Assistimos hoje, impotentes, a uma valorização do que é produtivo e útil ao mercado. As pessoas valem cada vez mais por aquilo que produzem e por aquilo que compram e cada vez menos pela dignidade do seu ser. A injusta concentração da riqueza nas mãos de poucos, em nome do livre mercado e do livre acesso aos bens de consumo, ao

lado da falta de políticas sociais, impede que os bens necessários para uma vida que corresponda à dignidade das pessoas sejam distribuídos com equidade, tornando remotas as possibilidades de vida digna para a maioria. Criar um consenso social sobre os valores fundamentais, participar do processo de formação de modelos sociais que devem orientar as decisões políticas, promover as condições sociais que permitam a cada pessoa uma vida humanamente digna, na visão cristã de homem e mulher, para além de qualquer ideologia, foi a força propulsora da Campanha.

Os textos bíblicos constituíram a base da análise ética e crítica da situação humana e das soluções sociopolíticas propostas para a cidadania real de todas as pessoas. Os conteúdos foram influenciados também pelas celebrações dos 500 anos de presença portuguesa no Brasil e a Campanha quis somar com outras iniciativas programadas. Assim, o texto-base tomou forma convidando a olhar quem, considerado um ser descartável, indefeso e explorado, foi jogado nos porões da vida da sociedade não somente pelo descaso, mas também pela maldade. Para as celebrações dos 500 anos de presença colonizadora no Brasil a Campanha convidou a abrir os olhos para enxergar o que mesmo à luz do sol não vemos: a marginalização e exclusão de uma grande massa de descendentes dos povos indígenas e negros escravizados.

Enfim, a Campanha não deixou de chamar a atenção sobre o que se trama nos bastidores da política e da economia, pois todos sabem que sem estruturas sociais, políticas e econômicas que visem a fruição da cidadania por parte de todos, e sem uma base ética que as governe, bem pouco pode fazer a solidariedade dos generosos. O ecumenismo em ato na Campanha deveria suscitar uma renovação das comunidades cristãs de todas as denominações e uma ação conjunta em favor da transformação da sociedade.

A luz que iluminou o olhar das igrejas e sua ação solidária foi o agir do mesmo Jesus Cristo. Os numerosos textos bíblicos citados no texto-base tinham a finalidade de mostrar como a missão de Jesus de Nazaré foi caracterizada por uma contínua ação de resgate e defesa da dignidade humana até a condenação e morte de cruz, quando ele também foi jogado nos porões da sociedade e eliminado, tornando-se companheiro de todos os excluídos. Deste ecumenismo em ação, as igrejas cristãs precisam pelo menos tanto quanto do ecumenismo doutrinário. A sociedade e a cultura contemporâneas esperam por um anúncio encarnado do Evangelho e por um testemunho cristão de desprendimento e solidariedade que se erga, como consciência ética, diante da cega competição e da ganância que fere cruelmente a dignidade da maioria dos seres humanos.

Ecumenismo e nova evangelização

Tornou-se freqüente o uso da expressão “nova evangelização”, mas com freqüência também sem que se explicita a novidade. As igrejas-membros do CONIC empreenderam juntas uma campanha de evangelização realmente nova pela sua ecumenicidade. Quiseram contribuir para a construção real de uma *koinonia* cristã, que se depara com a divisão doutrinal entre as igrejas, mas constata também a divisão do povo entre abastados e famintos, incluídos no mundo globalizado da riqueza e excluídos.

As igrejas hesitam em colaborar na evangelização pelas divisões doutrinárias que ainda as separam e pelo medo de perder a identidade construída pelas suas tradições. A perspectiva pastoral e a evangelização exigem um esforço novo e intenso de compreensão comum da fé cristã. É certo que a perspectiva pastoral e ecumênica da Campanha não visava diretamente nem o diálogo doutrinal nem os ganhos das igrejas, mas o serviço do Evangelho. Sua base de reflexão não era nem as estruturas institucionais nem as questões teológicas, mas o novo que brota das comunidades cristãs. De modo algum, porém, a Campanha quis colocar essas questões entre parênteses. Concentrou-se na forma evangélica de vida que as igrejas devem testemunhar: a convivência fraterna, a recusa de qualquer forma de exclusão, uma capacidade de relações aberta a todos.

As igrejas cristãs têm desenvolvido na história, de maneira extraordinária, seus quadros institucionais, administrativos e jurídicos. Mas na *koinonia*, a primazia pertence à experiência da vivência da unidade. A fraternidade vivida é sinal do Reino que vem, sinal que o muro que separa os seres humanos é derrubado. Falar em *koinonia* segundo o Evangelho não é simplesmente falar de uma abertura genérica para a alteridade, mas de uma abertura determinada pelo fato de que o outro é aquele que estava perdido: o pobre, o oprimido, o marginalizado, o pecador. A ecumenicidade da igreja se manifesta quando a misericórdia de Deus é vivida e proclamada em relação a quem não tem lugar no convívio humano.

O ecumenismo da fraternidade oferecido na CF 2000 pode ser considerado um corretivo ao universalismo da razão, à globalização neoliberal da riqueza que gera a exclusão e fere a dignidade de tantos seres humanos. A evangelização deste início de milênio não será nova se não for caracterizada pela dimensão ecumênica. Ao assumir a posição de uma igreja entre as outras, sem excluir os outros e sem querer anexá-los, a igreja católica não correu nenhum risco de incentivar o relativismo. Igualmente, as outras igrejas que participaram da CF 2000

não puseram em risco sua identidade, mas viveram um tempo forte de aprofundamento da identidade cristã comum. Esta identidade obviamente muitas vezes questiona as identidades confessionais e denominacionais.

Mas, para recompor a comunhão há tempo ferida, a Igreja precisa assumir um novo paradigma de universalidade, reconhecendo que a diversidade requer uma espécie de conversão eclesial para situar as igrejas cristãs numa nova relação com o mundo. Uma universalidade centrada nas modalidades institucionais historicamente solidificadas não pode deixar de acentuar o caráter culturalmente limitado do catolicismo ou do evangelicismo, em prejuízo da ecumenicidade. A dimensão ecumênica do cristianismo se abre a um verdadeiro anúncio de Cristo e é uma resposta às necessidades religiosas, à busca de sentido e de dignidade, ao desejo de salvação da humanidade.

A CNBB, ao propor a Campanha Ecumênica, fundamentou sua reflexão em uma passagem da Encíclica do papa João Paulo II *Ut Unum Sint* (1995). O número 40 da encíclica cita e comenta expressões do Decreto *Unitatis Redintegratio* do Concílio Vaticano II: “A cooperação de todos os cristãos exprime vivamente aquelas relações pelas quais já estão unidos entre si, e apresenta o rosto de Cristo Servo numa luz mais radiante”⁶. O comentário da encíclica é: “Tal cooperação baseada na fé comum não só aparece densa de comunhão fraterna, mas é uma epifania do próprio Cristo”. As relações fraternas entre os cristãos “prevêem e exigem, desde já, toda colaboração prática possível nos diversos níveis: pastoral, cultural, social e ainda no testemunho da mensagem do Evangelho”. Ecumenismo e nova evangelização andam juntos. A universalidade da missão cristã não depende tanto da afirmação do cristianismo enquanto religião revelada, mas da resposta real que dá às necessidades humanas.

Avaliação e perspectivas da CF 2000 Ecumênica

A CF 2000, que pode ser considerada o maior evento ecumênico acontecido no Brasil, foi avaliado com atenção em todos os âmbitos. As igrejas promotoras, a Diretoria e a IX Assembléia Geral do CONIC, a Comissão Organizadora da CF 2000, todos fizeram suas atentas avaliações. A CNBB nacional recebeu as avaliações de todos os Regionais e dedicou a essa Campanha um tempo de reflexão na Comissão

⁶ *Unitatis Redintegratio*, no 12.

Episcopal de Pastoral e do Conselho Permanente, como também na reunião dos Subsecretários dos Regionais e dos coordenadores das CFs.

A CF 2000 teve suas fraquezas que dependeram especialmente de alguns fatores: a) a agenda das igrejas evangélicas e anglicana, as quais tiveram de superar vários obstáculos para incorporar nos costumes de vida e de trabalho das comunidades o compromisso exigente e prolongado da CF; b) o peso de um passado de tensões e conflitos que criou medos e resistências nos ambientes preocupados em conservar as próprias tradições confessionais; c) a precariedade da preparação ecumênica e a fragilidade das relações interconfessionais nas comunidades; d) a tendência de vários segmentos eclesiais a desvincular-se da responsabilidade social para concentrar-se no religioso ritual e devocional.

Foram levantados vários e grandes desafios: o maior interesse do povo pelos problemas das relações inter-religiosas do que pelas questões da dignidade humana, ainda que estas sejam dramáticas; a falta de uma formação suficiente sobre ecumenismo nas igrejas; a organização ainda precária dos grupos ecumênicos; a morosidade das igrejas na comunicação entre si e com o CONIC; a resistência do clero; o vício hegemônico dos católicos e os sentimentos anticatólicos ainda cultivados em segmentos evangélicos.

Mas essas e outras dificuldades, em lugar de pesar negativamente na avaliação, deveriam estimular a aceleração da caminhada ecumênica. Que significa, por exemplo, para as igrejas, que na CF 2000 os cristãos tenham mostrado mais interesse pelas questões concernentes às relações recíprocas do que pelos problemas da dignidade humana e da paz para a sociedade? Essa desvinculação dos cristãos da responsabilidade social para concentrar-se no religioso e no eclesiástico é realmente o que mais importa para a fé? A falta de relações fraternas com membros de outras igrejas cristãs, o quase total desconhecimento do compromisso ecumênico das respectivas igrejas o que têm a dizer para a catequese e a pastoral das igrejas e para as lideranças comprometidas com o ecumenismo? Certas tensões que se criaram no interior de algumas igrejas que questionamento colocam para a catequese e a pastoral daquelas comunidades?

Esta foi a primeira Campanha Ecumênica e seu resultado positivo ultrapassou as expectativas. Chegaram ao CONIC notícias surpreendentes de todo o país, mas o impacto da Campanha foi bem maior do que se conseguiu registrar. As conseqüências concretas geradas nas comunidades pelas iniciativas em favor da promoção da dignidade das pessoas, embora limitadas a grupos mais conscientes do ponto de

vista ecumênico e mais comprometidos na praxis libertadora, têm sido significativas. O montante da Coleta prova a participação generosa de todas as igrejas e criou a possibilidade de uma ação efetiva das igrejas junto às comunidades carentes e grupos que se organizam e lutam por melhores condições de vida.

Sob o aspecto ecumênico deve-se registrar a visibilidade alcançada pelo CONIC, que fez repercutir por todo o país a imagem de igrejas que colaboram em contraste com a imagem cotidiana de igrejas que competem. O reconhecimento dos grupos ecumênicos já existentes e a criação de novos grupos em vários níveis têm ampliado a rede do movimento ecumênico. A receptividade do povo em relação à proposta e seu declarado desejo de dar continuidade à Campanha reclamam o direito de seguir pelos caminhos da plena comunhão cristã. O debate público criado pelo impacto da Campanha tem estimulado a aproximação e o conhecimento recíproco entre as lideranças e entre os fiéis de diferentes igrejas. A participação na Campanha de outras igrejas cristãs que não são membros do CONIC nacional tem estimulado a experiência de colaboração e elaboração de agendas comuns. A riqueza da experiência vivida por muitas comunidades de tornarem-se efetivamente ecumênicas na ação solidária tem contribuído para a revitalização do compromisso social das igrejas.

Será que a CF 2000 Ecumênica vai ser mais um episódio entre os tantos que caracterizam o movimento ecumênico ou a CF se prepara para entrar numa nova fase da sua história? A IX Assembléia Geral do CONIC, realizada em novembro de 2000, vislumbrou algumas perspectivas cuja análise e aproveitamento dependem do envolvimento das igrejas-membro. No contexto da Década Ecumênica para a Superação da Violência, lançada pelo Conselho Mundial de Igrejas, e que está em sintonia com os objetivos da CF Ecumênica poder-se-ia dar continuidade às conquistas da Campanha e, quiçá, oportunamente repetir essa experiência específica. O desejo expresso pelo CONIC é que se mantenha o ganho de novas atitudes ecumênicas nas próximas Campanhas promovidas pela CNBB. O compromisso assumido oficialmente pelo CONIC é de dar continuidade à CF 2000 Ecumênica através da publicação de um relatório anual sobre "Dignidade Humana no Brasil" durante esta década, procurando alcançar a necessária repercussão no interior das igrejas e na sociedade.

É bem verdade que o compromisso assumido pelas igrejas do CONIC ao promoverem a CF Ecumênica era de realizar uma campanha extraordinária, limitada por enquanto, ao ano 2000. Mas o evento realizado dificilmente poderá cair no esquecimento ou ser simplesmente registrado como mais um episódio ecumênico. A primeira CF

ecumênica constitui um marco histórico entre as iniciativas do movimento ecumênico no Brasil. Sugestões para dar continuidade à Campanha Ecumênica chegam numerosos ao CONIC e à CNBB. O necessário processo de encaminhamento está iniciando. Os próximos anos dirão se a CF, tornando-se definitivamente ecumênica, será uma força renovadora do ecumenismo no Brasil.

Gabriele Cipriani, Doutor em Letras e Filosofia pela Universidade de Nápoles, Itália, com tese em História do Cristianismo, intitulada *Itinerário ecumênico de João XXIII*. Atualmente é Assessor de Ecumenismo e Diálogo Inter-religioso na CNBB.

Endereço: CNBB: SES Qd 801 conjunto "B" 70401-900
Caixa Postal 02067
70259-970 — Brasília — DF
e-mail: ecumenismo@cnbb.org.br